



20 DE JUNHO DE 2016

Segunda-feira

- BOSCH VAI TRANSFERIR PARA A ÍNDIA PRODUÇÃO DE BOMBA INJETORA FEITA EM CURITIBA
- ARTIGO: VALORES NAS EMPRESAS: MUITO ALÉM DOS BONS SALÁRIOS E PROMOÇÕES
- GOVERNO LANÇA LINHA DE FINANCIAMENTO DE R\$ 5 BI PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL
- TST RECONHECE DIFICULDADE EM CUMPRIR A COTA PARA DEFICIENTES E A ISENTA DE MULTA E INDENIZAÇÃO
- SONDAGEM INDUSTRIAL- EDIÇÃO MAIO 2016- EXPECTATIVAS MELHORAM DE FORMA AMPLA
- EQUILÍBRIO FISCAL REAPROXIMA BRASIL DO GRAU DE INVESTIMENTO, DIZ CHEFE DA S&P
- MÁQUINA PENSADE DESAFIA FRONTEIRAS DA TECNOLOGIA
- PAI DO MICROCRÉDITO, YUNUS ABRE INSTITUTO DE FOMENTO A NEGÓCIOS SOCIAIS EM CURITIBA
- ROLLS-ROYCE MOSTRA NOVO CARRO QUE É PURO LUXO E NÃO PRECISA DE MOTORISTA; VEJA FOTOS
- GERAR ENERGIA EÓLICA EM CASA JÁ É POSSÍVEL
- GOVERNO TENTA ACELERAR RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE FERROVIAS E RODOVIAS
- GOVERNADORES PEDIRÃO A TEMER AUMENTO DE IMPOSTOS
- CONSTRUÇÃO CIVIL DEMITIU QUASE 400 MIL PESSOAS EM UM ANO
- EDITORIAL: LIÇÕES DA RECESSÃO
- MINISTÉRIO VÊ 'RISCO DE CONFLITO DE INTERESSES' EM INDICAÇÕES AO CARF
- FAZENDA AUTORIZA REAJUSTE DE 10,6% EM TARIFAS DOS CORREIOS
- INDÚSTRIA QUER AJUDA DO GOVERNO PARA EXPORTAR MAIS
- ECONOMISTAS VEEM QUEDA DE 3,44% DO PIB NESTE ANO, MAS INFLAÇÃO VAI A 7,25%

- RENDA DOS MAIS RICOS CONTINUA A AVANÇAR, APESAR DE RECESSÃO
- O FGTS SEGUE PERDENDO DE GOLEADA PARA A INFLAÇÃO
- MG É RESPONSÁVEL POR QUASE 30% DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO BRASIL
- FORÇA, CTB E CSB REAGEM COM 'ESTRANHEZA' À FALA DE PADILHA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO
- ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS EM MAIO É O PIOR PARA O MÊS DESDE 2010
- MULHERES RECEBERAM 80% DO SALÁRIO DOS HOMENS EM 2014, MOSTRA IBGE
- CNI DIZ QUE ATIVIDADE INDUSTRIAL ESTÁ EM QUEDA
- INTERNATIONAL QUER VOLTAR A MONTAR CAMINHÕES EM CANOAS
- GRUPO VW ANUNCIA NOVO PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL
- GE NACIONALIZA INVERSORES SOLAR E EÓLICO
- ÓLEO&GÁS: ABIMAQ OTIMISTA COM NOMEAÇÃO DE MÁRCIO FÉLIX
- LEI DE EMPRESAS JUNIORES SERÁ CELEBRADA EM SESSÃO ESPECIAL
- COBRE OPERA EM ALTA EM MEIO A MAIOR APETITE POR RISCO E DÓLAR MAIS FRACO
- ABESCO COBRA POLÍTICA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- VOLKS VAI DEIXAR DE FABRICAR 40 MODELOS, DIZ JORNAL ALEMÃO
- SENADO PODERÁ VOTAR PROJETO DO SUPERSIMPLES NACIONAL NESTA SEMANA
- MONTADORAS DIVERSIFICAM AS EXPORTAÇÕES

CÂMBIO		
EM 20/06/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,392	3,392
Euro	3,838	3,840

Fonte: BACEN

Bosch vai transferir para a Índia produção de bomba injetora feita em Curitiba

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A partir de 2017, a Bosch vai transferir para a Índia a produção da bomba Injetora VE, usada em tratores e colheitadeiras – essa peça responde por 15% da ocupação produtiva da planta instalada em Curitiba.

Segundo Daniel Korioto, vice-presidente da divisão Sistemas Diesel da Bosch América Latina, a decisão está relacionada à estratégia de negócios da companhia. “Não faz mais sentido produzir aqui porque a demanda básica é na Ásia”, afirma.

Ele diz que a peça ficou fora dos padrões tecnológicos atuais e sua produção já vinha sendo reduzida. “O mínimo que sobra vai ser trasladado para a Índia”, diz.

Segundo a Bosch, mesmo com essa transferência não deve haver demissões em virtude dos acordos com a categoria. A expectativa do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba é de que a direção mundial da Bosch transfira para Curitiba a produção de outro produto para suprir o que será fabricado na Índia.

Produção local

Antes localizada em Campinas (SP), a produção da bomba VE foi deslocada para Curitiba em 1998. A transferência para a Índia está em consonância com a nova estratégia global da Bosch, de abastecer seus mercados consumidores com produção local.

Em meados de 2014, por exemplo, a fábrica de Curitiba passou a produzir injeções eletrônicas a diesel, componentes que antes eram feitos nos Estados Unidos e exportados para o Brasil.

Artigo: Valores nas empresas: muito além dos bons salários e promoções

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A satisfação pessoal no trabalho sempre esteve associada a imaginários como bom salário, estabilidade, políticas de promoção e status. A companhia tem papel relevante nesses assuntos, é verdade, mas num mundo de rápidas transformações não é só isso que deve continuar sendo levado em conta hoje. Empresas já começam a notar a necessidade de estabelecer novos horizontes para motivar seu pessoal e evitar a perda de bons colaboradores.

No Brasil, trata-se de tema que, aos poucos, passa a integrar as agendas das áreas de recrutamento. As companhias precisam se preparar para construir e praticar, com base em uma espécie de carta de princípios, uma série de valores que façam o colaborador identificar-se com a empresa, criando no profissional um interesse natural de longa relação com aquele local de trabalho.

O trabalho é o meio e tem um valor muito maior que o próprio resultado.

Quando se fala em valores, é exatamente o que a palavra ostenta na prática: relações respeitadas, gestores próximos dos colaboradores e vice-versa, clareza na comunicação e na transmissão de responsabilidades, chance de apresentar críticas e sugestões, trabalho em equipe, engajamento em causas comunitárias, entre outras situações que sirvam de combustível para impulsionar a dinâmica sempre motivadora das relações de trabalho e convivência por parte de todos.

Sensibilizado ao estar inserido numa realidade baseada em valores autênticos que ajudam a empresa a funcionar bem, o colaborador cria para si a sensação natural de pertencimento e de fazer a diferença, além de desenvolver meios que o façam pensar a fundo se deve mesmo aceitar um eventual convite de outra companhia.

Nesse sentido, o grande desafio da área de Recursos Humanos é buscar colaboradores alinhados aos valores que a empresa encara como um patrimônio vital de sua existência. Quando se traz uma pessoa que tem valores diferentes daqueles que a empresa prega, provavelmente essa relação não será duradoura.

Um código de conduta claro e efetivo pode auxiliar – e muito – nesse processo de incentivar e despertar o colaborador para os valores da empresa. No momento em que se planeja contratar alguém engajado com esses valores, a probabilidade final do resultado positivo que esse colaborador irá devolver é muito maior.

O profissional conseguirá chegar à conclusão de que o trabalho é o meio e tem um valor muito maior que o próprio resultado. Quando trabalha em uma empresa alinhada com os seus valores, o colaborador sente que está inserido em um contexto que compartilha da sua visão de mundo. Ele pactua com aquilo que está sendo feito como algo muito maior e impactante para a empresa e para si.

(Wilson Bremer Cerqueira é gerente corporativo de Recursos Humanos no Grupo Positivo).

Governo lança linha de financiamento de R\$ 5 bi para micro e pequenas empresas

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em meio à escassez de crédito nos bancos, o governo federal lançou nesta sexta-feira, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, uma linha de financiamento para micro e pequenas empresas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No total, serão oferecidos R\$ 5 bilhões para serem utilizados como capital de giro pelos empresários.

Os recursos estarão disponíveis a partir de julho. A contrapartida é que as empresas que tomarem recursos dessas linhas não demitam funcionários durante o período de um ano e, aquelas que tiverem mais de dez funcionários, devem contratar um jovem aprendiz entre 14 e 18 anos, faixa etária que tem enfrentado maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho.

“Estamos chamando esta iniciativa de Projeto Travessia. Ela tem como objetivo ajudar as pequenas e médias empresas a atravessar a crise com o menor desemprego possível”, disse Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae. Ele explicou que a

entidade colocará recursos do Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (Fampe) à disposição de empresas que não têm como oferecer garantias para acessar a esse empréstimo.

O Fampe, que existe há mais de 20 anos, tem recursos da ordem de R\$ 730 milhões. O custo para as micro e pequenas que utilizarem esses recursos como garantia varia de 4% a 6% ao ano, dependendo do prazo da operação. "O Sebrae está fazendo algo inédito, que é dar orientação para acesso a crédito e aval para financiamento numa só tacada", explicou Afif.

BNDES

Dos R\$ 5 bilhões da nova linha de crédito, R\$ 3 bilhões serão operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) através de instituições financeiras que são repassadoras de recursos, entre elas bancos privados, públicos e até mesmo cooperativas de crédito. Os outros R\$ 2 bilhões restantes serão repassados pelo Banco do Brasil.

"Como são recursos públicos, as empresas precisam estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Depois, para que o empréstimo seja concedido, será feita a análise de crédito pelos agentes financeiros", explicou Nelson Tortosa, gerente de operações indiretas do BNDES, explicando que as taxas de juros serão mais atrativas que as de mercado.

Nos agentes financeiros do BNDES, a taxa será de 17% ao ano, enquanto o Banco do Brasil os juros são de 19,3% ao ano. O limite de financiamento é de R\$ 200 mil por empresa, com prazo de pagamento de até 48 meses, com seis meses de carência para começar a pagar.

Do valor total previsto para a linha, 30% dos contratos devem atender a microempresas, que faturam até R\$ 360 mil por ano. As pequenas empresas elegíveis à linha de financiamento devem faturar até R\$ 3,6 milhões por ano.

Tortosa explicou que no ano passado, o BNDES emprestou aproximadamente R\$ 36 bilhões a micro e pequenas empresas através das diversas linhas de financiamento que o banco oferece, incluindo além de capital de giro, empréstimos para investimentos e compra de maquinário.

O lançamento da nova linha de capital aconteceu no Senac de São Bernardo do Campo, durante o Mutirão de Crédito Orientado. Uma pesquisa do Sebrae, feita no ano passado, mostrou que a maioria dos pequenos negócios se financia fora do sistema bancário: negociam prazo com fornecedores (67%), usam cheque pré-datado (46%) e especial (29%) e cartão de crédito empresarial (28%). No ABC, o faturamento das micro e pequenas empresas encolheu 16% nos primeiros quatro meses deste ano.

Novos projetos de lei federal

20/06/2016 - Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, e Assembleia Legislativa do Estado.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

PLS 227/2016 do senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)

ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO

Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros
MSC 200/2016 do Poder Executivo

RELAÇÕES DE CONSUMO

Proibição da utilização de bisfenol-A (BPA) em utensílios, embalagens e recipientes de alimentos, bebidas e medicamentos
PL 5483/2016 do deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Proibição de venda de bens e prestação de serviços por empresas controladas pelo poder público com preços diferentes dos vigentes no mercado
PLS-C 225/2016 do senador Ricardo Franco (DEM/SE)
Quarentena para os profissionais da iniciativa privada que exercerem cargos públicos
PLS 233/2016 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Obrigatoriedade de contratação de empregados oriundos de convênio de qualificação das Escolas Técnicas / Sistema S
PL 5441/2016 do deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE)
Alterações nos julgamentos dos processos administrativos fiscais em primeira instância/CARF
PL 5474/2016 - do deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA)
Oitiva obrigatória dos povos indígenas de proposições que afetem seus direitos e interesses
PRS 38/2016 do senador Telmário Mota (PDT/RR)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO

Prestação de contas ao TCU por entidades sindicais
PL 5479/2016 do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)

POLÍTICA SALARIAL

Piso nacional para o vigilante
PLS 230/2016 - do senador Paulo Paim (PT/RS)

INFRAESTRUTURA

Alterações no modelo comercial do setor elétrico e portabilidade da conta de luz
PLS 232/2016 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)
Não integração dos custos de ligações clandestinas na base de cálculo das tarifas de energia elétrica
PL 5457/2016 do deputado Edio Lopes (PR/RR)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Concessão de remissão de débitos com a Fazenda Nacional
PL 5451/2016 do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB/PR)
Concede remissão dos débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa que, em 31 de maio de 2016, estejam vencidos há cinco anos ou mais e cujo valor total consolidado, nessa mesma data, seja igual ou inferior a R\$ 20.000
Reabertura de prazo para adesão ao Refis
PL 5484/2016 do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB/PR)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Transparência e controle
Altera os dispositivos da lei nº 16.971/11, que dispõe sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná, visando harmonizar a legislação estadual com a lei complementar federal nº 135/2010

PL 272/2016 de autoria do deputado Felipe Francischini (SD)

TRIBUTOS

Impostos

Autoriza o Poder Executivo a manter a isenção do pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA, referente aos veículos destinados a atividade de transporte escolar de propriedade de prestadores de serviços que optarem pela inscrição no programa do microempreendedor individual – MEI e que exerçam a atividade no Estado do Paraná.

PL 267/2016 de autoria do deputado Evandro Junior (PSDB)

Altera o inciso II do artigo 4º da lei estadual nº 14.260/03, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores e revoga o inciso I do artigo 4º da lei estadual nº 18.371/14

PL 270/2016 de autoria do deputado Anibelli Neto (PMDB)

TST reconhece dificuldade em cumprir a cota para deficientes e a isenta de multa e indenização

20/06/2016 - Fonte: FIEP

Foi publicada em 20/05/2016 decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SbDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho – TST afastando a imposição de multa à empresa que, a despeito de seus esforços, não foi capaz de preencher a cota mínima de pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Leia íntegra do documento acessando o link:

http://www.portaldaindustria.com.br/relacoesdotrabalho/media/publicacao/chamada_s/RT%20Informa%20N.14%20jun17%20-%20Cota%20deficientes%20SBDI.pdf

Sondagem Industrial- Edição maio 2016- Expectativas melhoram de forma ampla

20/06/2016 - Fonte: FIEP

O periódico Sondagem Industrial – edição Maio 2016 mostra que a atividade da indústria mantém-se em queda. A ociosidade permanece bastante elevada, muito acima do registrado no já fraco 2015.

Há, contudo, uma contínua melhora nas expectativas. Em particular, há uma melhora expressiva nas expectativas com relação à demanda, que passaram a apontar aumento nos próximos seis meses.

Leia íntegra do documento acessando o link:

<http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Sondagem-Industrial-Maio-2016.pdf>

Equilíbrio fiscal reaproxima Brasil do grau de investimento, diz chefe da S&P

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em setembro de 2015, a S&P Global Ratings – antiga Standard & Poor’s – foi a primeira das três grandes agências de classificação de risco a rebaixar a nota de crédito do Brasil e, conseqüentemente, retirar o grau de investimento do país, que havia sido

conquistado em 2011. Em fevereiro deste ano, a agência voltou a diminuir a nota citando "consideráveis" desafios políticos e econômicos. Esta classificação é mais um fator que mantém os investidores estrangeiros distantes do país.

O economista-chefe para a América Latina da S&P, Joaquin Cottani, esteve em Curitiba na quarta-feira (15) para participar do Fórum de Economia da Câmara Americana de Comércio e falou com a **Gazeta do Povo** sobre os caminhos que o país deve seguir para retomar o grau de investimento.

Qual a sua avaliação das medidas econômicas anunciadas pelo governo do presidente interino Michel Temer?

Acho que são medidas muito boas que estão alinhadas com o que se esperava desde que o partido (PMDB) e o presidente traçaram linhas gerais no documento Uma Ponte Para o Futuro. Dar ênfase à reforma da Previdência Social e à ideia de que se mantém o gasto crescendo ao limite da inflação registrada no ano anterior me parece muito bom. Uma vez que economia comece a crescer, o déficit vai diminuir e então vai ser eliminado.

Do ponto de vista do Banco Central, o anúncio do presidente Ilan Goldfajn de que vai haver uma redução gradual nas taxas de juros, uma vez que a expectativa é de que a inflação diminua, afasta o temor de que as pessoas mais duras em política monetária digam que tem que continuar aumentando a taxa.

Essa política foi abandonada e agora há uma política de redução gradual da taxa porque há espaço para isso por conta da recessão e além disso há uma política de tratar de aprovar uma reforma estrutural no gasto público. Isso é muito bom, mas é claro que há que se esperar, no caso das medidas que requerem aprovação parlamentar, para que possam ser implementadas.

Concretamente, romper a indexação das pensões ao salário mínimo; não há nenhuma relação para que estas coisas estejam ligadas. Outro ponto é tratar para que todos os programas que tenham recursos específicos sejam avaliados como se estivessem sendo executados pela primeira vez.

É importante dizer "bem, isso é algo que já vem sendo feito há dez anos, mas não faz sentido que se faça ou que se destine tanto dinheiro". Naturalmente isto é mudar a cultura do Congresso e seguramente vai haver muita negociação interna e resistências individuais. No entanto, como o Congresso está em cheque por conta da corrupção pode ser até uma oportunidade.

Se eu me coloco no lugar de um congressista investigado, eu ao menos me esforçaria para ser parte da solução dos problemas do país e não ficar jogando com questões políticas. A única coisa que um político pode fazer para aumentar seu status é mostrar que está contribuindo com as soluções dos problemas de um país. Deste modo, sou relativamente otimista e acredito que os congressistas vão se elevar à altura da situação.

Essas medidas colocam o Brasil no caminho da retomada de seu grau de investimento?

Sim, claro. Eu não faço ratings, mas nosso critério é claro: se a política melhora, se o horizonte indica melhoras e se começam a cumprir as medidas que contribuem para esta melhora isso pode acontecer.

As mudanças não ocorrem de forma instantânea, mas gradualmente melhora a perspectiva e eventualmente esta é a forma de que um rating melhora até se converter em grau de investimento. Ademais, o mercado sempre se antecipa a estas coisas.

Então, do ponto de vista do que importa, que é o custo da dívida e os investimentos no país, os investimentos vêm. Claro que o rating é muito importante para todos os fundos de investimento que requerem o investment grade.

A S&P também avalia o rating dos estados, que no Brasil enfrentam graves problemas fiscais. De que modo é possível reverter esta situação e qual o papel da União neste processo?

Nos estados, o problema quantitativamente está mais contido. Os estados, automaticamente, podem chegar a ser beneficiários da mesma política. Geralmente, quando começa um processo de ajuste a nível federal, há um processo de imitação por parte dos estados.

Além disso, há mais financiamento público, o que pode eliminar a necessidade de elevar impostos estaduais e permitir um corte de gastos mais permeável para a política estadual.

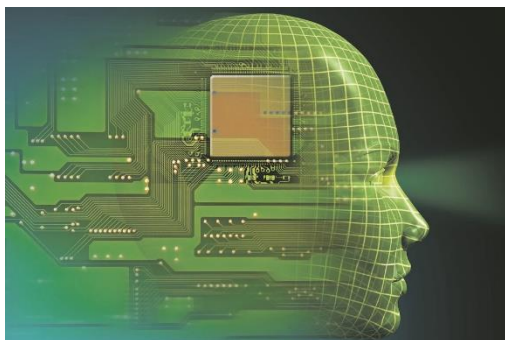
O Brasil ainda se mantém muito fechado internacionalmente. O senhor acredita que este é um bom momento para o país se abrir ao comércio exterior?

Esta é outra oportunidade que oferece a mudança na política argentina com o Mercosul. Isso vai ser mais possível, sobretudo, com o José Serra no Ministério das Relações Exteriores. Ele vai poder coordenar os esforços dentro do Mercosul, por exemplo, para negociar aberturas à comunidade europeia ou com a Aliança do Pacífico.

Enfim, agora o país poderá usar melhor o aparato institucional do Mercosul porque há dois governos que têm mais ou menos a mesma filosofia neste sentido.

Máquina pensante desafia fronteiras da tecnologia

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A CEO transgênero mais bem paga dos Estados Unidos (segundo a revista *Forbes*) tem uma ideia quase mórbida. Martine Rothblatt, idealizadora da Terasem Movement Foundation, quer coletar informações de quem contratar seu serviço para construir uma inteligência artificial "personalizada". Com base em questionários e análise de interação social, os dados se transformam em arquivos.

Em 20 ou 30 anos, ela aponta, a tecnologia permitirá recriar esta personalidade no ambiente virtual e incorporá-la a um corpo robótico altamente desenvolvido. E talvez até com um certo grau de consciência.

A ousadia não é pouca. Martine desafia a morte e, de quebra, os limites éticos do futuro da tecnologia, uma área em que ainda há muito mais perguntas do que respostas. Será que os robôs terão mesmo consciência algum dia? Qual o risco? Ou ainda, seria este tipo de serviço correto?

A despeito de declarações polêmicas de figurões como Elon Musk – mago da tecnologia que insistentemente aponta a IA Forte, o nome técnico deste campo de pesquisa, como "ameaçadora" –, a professora Mariana Furucho, da Universidade Tecnológica

Federal do Paraná, defende que “dotar uma máquina com capacidade de tomar decisão é uma linha muito interessante e que auxiliará a humanidade”.

Os riscos, segundo ela, já permeiam o radar da comunidade científica. “Existem, por exemplo, estudos de aplicar leis reais ao universo dos robôs. É uma lógica semelhante a como a nossa legislação vem se adaptando à internet. Se isso ocorrer algum dia [máquinas superinteligentes], teremos que estar preparados”, sustenta.

Uma das maiores especialistas em inteligência artificial no país, a professora Solange Rezende, do Instituto de Ciências Matemática e da Computação de São Carlos, ainda é cética sobre máquinas realmente “pensantes” – sobretudo pelo fato de nem o homem conhecer de forma exata como se dá a sua consciência.

“O ser humano tem várias formas de inteligência. Tem a questão emocional, a percepção, a intencionalidade. Na complexidade de nosso cérebro, a fala representa apenas 7% da comunicação. A máquina ainda está longe de se comparar ao cérebro humano.”

Se há um longo caminho até se criar máquinas conscientes, aquelas que imitam algumas de nossas formas de racionalizar estão aí. “Hoje há avanços no reconhecimento de expressões, no processo de identificação, há robôs que imitam sinais”, diz Solange.

“Mas, com todas estas novas tecnologias, as questões éticas não são diferentes do que se tem agora. Você pode usar um drone para resgatar alguém que está se afogando ou para acessar um local atirando. Não foi o drone o responsável. O que devemos pensar é se a IA [inteligência artificial] é um anjo ou demônio. Prefiro pensar que é um anjo.”

As nuances

A pesquisa de sistemas inteligentes tem várias subdivisões. Duas delas são fundamentais:

Inteligência artificial forte

É um campo de pesquisa que busca sistemas capazes de pensar e, de forma mais extrema, ter consciência ou sentir emoções. É um campo amplamente estudado e com certo tom controverso, já que nem mesmo a definição de o que seria “pensar” é um consenso entre os cientistas.

Inteligência artificial fraca

Para os cientistas adeptos desta corrente, o papel da inteligência artificial é criar modelos de trabalho. Desta forma, os softwares e robôs inteligentes se limitam a tornar a nossa vida mais prática – por exemplo, um aplicativo de reconhecimento de imagem ou um robô autônomo em uma fábrica.

Mudou a forma de se pensar a IA

É fácil cair na tentação de pensar que inteligência artificial (IA) é coisa nova. Na verdade, as pesquisas sobre ela começaram há mais de 60 anos – a primeira vez que o termo foi usado foi em 1956. Recentemente, uma série de fatores levou a avanços gigantescos. Um exemplo foi o endosso das gigantes da tecnologia. IBM, Apple, Google, Facebook e Amazon travam uma disputa para encabeçar este movimento.

Mas tem mais. A própria forma de pensar a IA mudou. A aprendizagem de máquina (ou “*machine learning*”, termo em inglês, mais conhecido) é agora o modelo mais comum – o computador “aprende a aprender” na base da tentativa e erro e passa a tomar suas próprias decisões.

Hoje, a IA está em vários lugares, mas de uma forma invisível. “Se você usa rede social, está usando inteligência artificial”, diz a professora Solange Rezende. Além

disso, está nos assistentes pessoais, nos aparelhos eletrônicos, no Spotify e logo nos carros que usaremos – os autônomos.

Futuro

Se há um longo caminho até se criar máquinas conscientes, aquelas que imitam algumas de nossas formas de racionalizar estão aí.

Pai do microcrédito, Yunus abre instituto de fomento a negócios sociais em Curitiba

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A Yunus Negócios Sociais, braço local da Yunus Social Business Global, fundada por Muhammad Yunus – considerado o pai do microcrédito e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006 –, abriu uma filial em Curitiba para fomentar o empreendedorismo no estado.

O instituto já está presente no Brasil desde 2013, quando começou a atuar em São Paulo. No Paraná, a filial será inaugurada oficialmente em agosto, mas já está atuando na prospecção e contato com interessados nas consultorias, investimentos e cursos da instituição.

[Leia mais sobre empreendedorismo](#)

A Yunus vai atuar em três frentes no estado: apoio a empreendedores, empresas e universidades. O objetivo é ajudar no desenvolvimento de n

egócios sociais locais através de mentorias, capacitações, cursos e investimentos. “No Paraná, já temos empresas e investidores que têm uma atuação pioneira. Viemos para somar a esse ecossistema”, explica Nastássia de Castro, coordenadora do projeto no estado.

Para participar da Yunus, os empreendedores devem apresentar projetos de negócios sociais e, se forem selecionados, receberão desde mentorias até investimentos. Um dos critérios usados para seleção é ter um projeto que se proponha a resolver um problema real e de grande impacto social.

É o caso da Vuelo, projeto de Porto Alegre que transforma descartes em aterros em matéria-prima e recria, através do design, produtos duráveis.

A ideia do negócio surgiu após os idealizadores identificarem o excesso de descartes em aterros, principalmente de câmaras de pneus e náilon de guarda-chuvas. A Yunus apoiou a iniciativa e hoje cerca de mil câmaras de pneus são retiradas por mês e 200 recicladores são beneficiados pelo projeto.

Empresas e universidades

As empresas podem contratar a Yunus para assessoria no desenvolvimento de unidades internas de negócios sociais. Já as universidades, para ter acesso a cursos de capacitação para professores sobre negócios sociais.

Segundo Nastássia, já há cerca de 40 pessoas e instituições interessadas na parceria. Todos os programas oferecidos são pagos, mas há opções de bolsas para baixa renda. Os investimentos feitos em projetos sociais são custeados pelo fundo que a instituição possui.

Definição

Para Yunus, negócios sociais são modelos de negócios financeiramente lucrativos, mas que reinvestem 100% do lucro para expansão da própria empresa e maximização do impacto social. O objetivo do negócio será a redução da pobreza ou soluções para as áreas da educação, saúde, acesso à tecnologia e meio ambiente.

Serviço

Interessados em contratar os serviços da Yunus Negócios Sociais no Paraná podem entrar em contato com a coordenadora local, Nastássia de Castro, pelo e-mail nastassia@yunusnegociossociais.com. Mais informações no [site da instituição](#).

Rolls-Royce mostra novo carro que é puro luxo e não precisa de motorista; veja fotos

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Apelidado de "Vision Next 100", o automóvel ainda é um conceito e não tem data para ser comercializado Divulgação

A Rolls-Royce conseguiu nesta quinta-feira (16) chamar a atenção de entusiastas do setor automotivo e de tecnologia ao apresentar o seu primeiro carro autônomo... e que, pra variar, abusa do luxo e do conforto para se destacar entre os demais modelos.

Apelidado de "Vision Next 100", o automóvel ainda é um conceito e não tem data para ser comercializado.

A intenção, segundo a empresa, foi desenvolver um carro que representa a visão da montadora para o futuro da indústria de veículos de luxo. No lugar dos bancos traseiros, por exemplo, há um enorme sofá com uma tela em frente, semelhante ao interior de uma limousine.

E, além de trafegar de forma autônoma pelas ruas, o veículo contaria com uma inteligência artificial chamada Eleanor – uma espécie de assistente virtual capaz de "guiar e descobrir o mundo com você", conforme comunicado da empresa.

A Rolls-Royce não dá detalhes sobre a viabilidade do modelo, que tipo de tecnologia adotaria ou o combustível que seria utilizado. Mas, ao menos, é uma oportunidade de imaginar como devem ser os "carrões" do futuro.

"Nós queremos ser os mais inovadores possível e, ao mesmo tempo, transcender o design histórico da marca", resume o diretor de Design da Rolls-Royce, Giles Taylor.

O veículo está sendo exposto até o dia 26 de junho em Londres, na casa de shows e centro de exposição Roundhouse.

Gerar energia eólica em casa já é possível

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Fábricas brasileiras já produzem e vendem a tecnologia, que começa a ser testada em pequena escala por instituições de ensino, empresas e residências

Já pensou instalar uma turbina eólica no quintal de casa? A geração de energia eólica na cidade já é realidade e promete, nas próximas décadas, conquistar um mercado ainda tímido.

Até hoje, a baixa procura por sistemas de pequeno e médio portes, aliada à necessidade de importar a parte elétrica das estruturas, encareceu a tecnologia e limitou a expansão dos aerogeradores domésticos no Brasil. Contudo, esse cenário começa a mudar. De olho num mercado promissor, empresas estão se esforçando para desenvolver equipamentos capazes de aproveitar os ventos fracos e irregulares das cidades.

A Enersud, do Rio de Janeiro, foi a primeira brasileira a produzir aerogeradores para uso urbano. Diferente do modelo tradicional com pás – bastante utilizado e vantajoso em fazendas eólicas – a proposta da carioca foi criar turbinas menores, silenciosas e cujas hélices giram em torno do mesmo eixo, mas de modo vertical.

A característica permite o aproveitamento de ventos oscilantes e foi resultado, em 2010, de uma parceria com a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e Ampla, concessionária de energia da região.

“Ela pode ser instalada em telhados de casas a topos de grandes edifícios. Porém, quanto maior a altitude, melhor o desempenho”, explica Silvia Azevedo, diretora da Enersud. Para ela, o mercado soma condições para crescer, amparado pela expansão das tecnologias renováveis no país. “84% da população brasileira vive nas cidades. Com os incentivos da Aneel para mini e microgeração distribuída, a demanda deve crescer”, opina.

Tecnologia ainda é cara

Desde 2014, quando as estruturas urbanas começaram a ser comercializadas pela companhia, 62 unidades foram vendidas no Brasil. Até agora, instituições de ensino e pesquisa fizeram a maior parte dos pedidos, mas o interesse das construtoras também aumentou. “É um investimento que valoriza o imóvel e não pesa tanto, por ficar diluído no financiamento”, diz Silvia.

Em locais com menos ventos, os aerogeradores domésticos custam mais. “Em regiões em que o vento atinge velocidades de seis a oito metros por segundo, por exemplo, em torno de 100 a 200 quilowatts/hora costumam ser gerados.

O mesmo sistema no Nordeste, onde os ventos são praticamente ininterruptos, a mesma estrutura produz quase o dobro de energia, com índices próximos a 350 quilowatts/hora”, compara Maurício Cardoso Arouca, professor de Planejamento Energético da UFRJ.

Em locais em que os ventos são mais fracos, com média de quatro metros por segundo, por exemplo, o desempenho pode cair para 62 quilowatts/mês. Nesse caso, a produção alimentaria apenas algumas poucas lâmpadas, um televisor e um refrigerador. “Isso eleva o tempo de retorno do investimento. Quanto menor o volume de vento, menor a economia conquistada”, resume o professor.

Custo da tecnologia deve cair com ganho de escala

Dependendo da potência, os preços dos aerogeradores urbanos costumam variar de R\$ 26 mil a R\$ 40 mil. Na medida em que o mercado ganhar escala – como já acontece hoje com o setor fotovoltaico – os custos devem diminuir.

No Brasil, ainda são poucas as companhias que desenvolvem e comercializam opções para uso doméstico. Além do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará têm empresas que atuam no setor. No Paraná, a Mirano – que acaba de firmar sociedade com a Enersud – e a ZM Bombas, de Maringá, produzem e vendem opções de turbinas domésticas.

Laboratório

Recentemente, a ZM fechou negócio com o Grupo Positivo, que adquiriu um aerogerador com potência instalada de 3 quilowatts. Ele alcança 12 metros de altura e está sendo instalado no campus da Universidade Positivo (UP). Julio Omori, professor do curso de Engenharia de Energia diz que a novidade deve reduzir a conta de luz em até 3%. Dentro de um mês, o sistema conectado à rede elétrica começa a funcionar.

“Nossa intenção também é gerar economia, mas, muito mais, incentivar a pesquisa do setor renovável nos cursos de graduação e pós-graduação da UP”. Entre este e o próximo ano, no mesmo local, o grupo prevê instalar outras estruturas, como um biodigestor de pequeno porte, uma pequena usina hidráulica e duas estruturas movidas à energia solar.

Sistema híbrido

Para evitar prejuízos, a dica é escolher bem o local para instalação e até considerar a adesão de um sistema híbrido – quando tecnologias fotovoltaica e eólica atendem um mesmo ponto de consumo. Em casos assim, a geração elétrica pode ocorrer 24 horas por dia. Em Curitiba, a empresa Elco conta com uma opção híbrida.

Com 2,5 quilowatts de potência instalada, ela mantém em funcionamento permanente o sistema de monitoramento da companhia, mesmo diante de oscilações ou quedas da rede. Em São José dos Pinhais, a fábrica Mirano tem opções para diferentes expectativas.

Governo tenta acelerar renovação de concessões de ferrovias e rodovias

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

Com dificuldades para destravar novas concessões de infraestrutura e logística, o governo decidiu acelerar as discussões em torno da renovação de contratos que já existem e que vencerão nos próximos anos. Uma agenda já está em andamento para fechar acordos com as concessionárias que estão à frente de duas rodovias e duas ferrovias – acordos que, nos cálculos oficiais, têm potencial de gerar investimentos de aproximadamente R\$ 20 bilhões nos próximos cinco anos.

Nas rodovias, a prioridade é a renovação do contrato com a CCR Rodovias. A concessionária está à frente da Rodovia Presidente Dutra, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, até 2021. Segundo uma fonte da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT), o plano é oferecer para a empresa uma repactuação desse contrato baseada em um aumento desse prazo em mais oito anos, aproximadamente. Seria o tempo necessário para entregar o projeto de duplicação da estrada no trecho da Serra das Araras, por exemplo.

O segundo trecho rodoviário mais avançado está com a Autopista Fernão Dias, que administra a estrada que liga São Paulo e Belo Horizonte. A repactuação prevê diversos projetos de ampliação e melhorias da via. Nos cálculos preliminares da ANTT, essas duas estradas têm potencial de injetar cerca de R\$ 8 bilhões em negócios nos próximos três anos. As duas propostas devem entrar em audiência pública nas próximas semanas.

Outros R\$ 12 bilhões sairiam de investimentos de concessionárias de setor ferroviário. Nesses casos, o que está previsto é que as concessões sejam renovadas por mais 30 anos. Apesar de os primeiros contratos começarem a vencer apenas a partir de 2026, o governo vê na antecipação desses acordos um atalho para acelerar os investimentos e dar início a projetos que levam anos para conclusão.

Todas as atuais concessionárias de ferrovias já manifestaram interesse em renovar as concessões. Os casos mais avançados, porém, envolvem a Rumo Malha Paulista (antiga ALL) e a MRS Logística. Com a Rumo, que já entregou todos os estudos exigidos pela ANTT para investimentos em suas malhas, a prioridade é o traçado da Malha Paulista, que liga o porto de Santos (SP) ao Mato Grosso.

A ANTT vê espaço para investimentos de aproximadamente R\$ 5 bilhões na malha, para duplicar sua capacidade de transporte. Por meio de nota, a empresa confirmou o interesse na renovação do contrato e informou que vai investir mais de R\$ 9 bilhões nos próximos anos.

No caso da MRS, o interesse do governo é de que a empresa assuma, parcial ou integralmente, a construção do Ferroanel de São Paulo, um projeto discutido há anos, mas que até agora permanece no papel. A obra tem orçamento prévio estimado em R\$ 8 bilhões.

A intenção da ANTT é que o tema seja debatido em audiências públicas neste segundo semestre. Procurada pela reportagem, a MRS informou que ainda não teve uma sinalização para a etapa das audiências, mas confirmou que está "em contato estreito com a agência e evoluindo com o trabalho".

Sobre o Ferroanel, informou a empresa, trata-se de "um projeto que faz sentido nesse escopo maior da repactuação. Em dezembro de 2014, a MRS concluiu uma duplicação de aproximadamente 12 quilômetros na região de Suzano, em São Paulo, área conhecida como Segregação Leste. Foi uma obra tocada diretamente pela empresa, com investimento da ordem de R\$ 190 milhões.

Governadores pedirão a Temer aumento de impostos

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A situação do Rio é extrema, mas a crise financeira tira o sono de praticamente todos os governadores atualmente. A recessão econômica, combinada com renúncias de impostos concedidas pela União, afetou a arrecadação de todos os estados. Parte dos impostos cobrados pelo governo federal segue para estados e municípios.

Quando há renúncia, todos perdem arrecadação. A situação da maioria é crítica, segundo o coordenador do Confaz (conselho que reúne os secretários estaduais de Fazenda), André Horta Melo. E a solução passa necessariamente pelo aumento de impostos.

Governadores têm encontro marcado com o presidente interino Michel Temer nesta segunda-feira, dia 20, e, segundo Horta, eles reivindicarão aumento de carga tributária. "Quando Temer assumiu, pensamos que iria se resolver a questão da CPMF, mas isso não aconteceu. Renegociar dívidas resolve apenas a situação dos maiores estados, mas não da grande maioria", disse ele. Os governadores, liderados pelo Rio, pedem que a União dê carência de dois anos para que os estados voltem a pagar por sua dívida.

O governo quer um prazo menor, com retorno progressivo do pagamento. Horta afirma que, para resolver a questão de maneira duradoura, será preciso rever renúncias fiscais concedidas no passado. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte afirma que estimativas feitas pelo Confaz indicam que a volta do Imposto do Renda sobre lucros e dividendos, retirado ainda no governo FHC, poderia gerar R\$ 50 bilhões por ano em impostos.

Pouco menos de metade disso desaguaria nos cofres de estados e prefeituras. "É uma forma de atender, com um único instrumento, todos os entes que estão em dificuldade", disse.

Construção civil demitiu quase 400 mil pessoas em um ano

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A recessão prolongada da economia brasileira provocou demissões no segmento da construção civil pelo 19.º mês consecutivo. Em abril, foram cortados 17,4 mil postos de trabalho no país. Com isso, o número total de pessoas empregadas na construção atingiu 2.830.254, o que representa redução de 0,61% em relação a março.

No acumulado dos primeiros quatro meses do ano, os cortes no Brasil chegaram a 72,9 mil vagas, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses até abril, as perdas totalizaram 398,2 mil vagas.

Os dados divulgados há pouco fazem parte da pesquisa realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), com base em informações do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Na avaliação por segmento, as obras de instalação tiveram a maior retração no número de empregos (-1,45%) em abril na comparação com março, seguido por obras imobiliárias (-0,83%) e de preparação de terrenos (-0,33%).

Já na avaliação por regiões, houve corte de vagas no Nordeste (-1,75%), Norte (-0,89%) e Sudeste (-0,63%). Por outro lado, houve contratações no Centro-Oeste (1,43%) e Sul (0,10%).

O Estado de São Paulo, com maior número de trabalhadores no setor (26,8% do total do País), teve recuo de 0,46% em abril ante março.

20/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A menos que o governo cometa erros graves ou invente crises de outra natureza, sobretudo as crises políticas, a economia que entra em recessão por estouro de bolhas começa a reverter o quadro em algum momento mais adiante, e passa a recuperar o Produto Interno Bruto (PIB) perdido durante os anos de retração.

Guardadas as proporções devidas, é o que deverá acontecer com o Brasil a partir do segundo semestre. Acostumado a pegar atalhos e a fugir da correção das distorções, o governo petista optou por disparar um arsenal de medidas destinadas a elevar o consumo, sob o argumento de que isso era necessário para enfrentar a crise financeira mundial iniciada em 2007 e agravada nos anos seguintes.

O presidente Lula dizia que, no Brasil, a crise internacional era uma simples marolinha e jactava-se de ter impedido a recessão. Houve aquecimento de curto prazo, pois, quando as medidas que aumentaram o consumo excessivamente foram implementadas, o setor produtivo estava com bom nível de atividade e o desemprego era baixo, de forma que a explosão do consumo das pessoas ajudou a puxar a demanda agregada para cima e a manter o PIB.

A explosão do consumo se deu à custa de compras a crédito e endividamento das famílias em níveis exagerados e perigosos. A economia não comporta milagres nem saídas fáceis para as crises

Nos anos de Dilma Rousseff, a crise internacional, a queda dos preços das exportações brasileiras, os erros de política econômica e o grande comprometimento da renda pessoal no pagamento de dívidas escancararam o tamanho da encrenca em que o Brasil havia entrado.

Juntando tudo com o aumento da inflação e o crescimento do desemprego, a bolha de consumo estourou, a demanda agregada despencou, o setor público entrou em semifalência financeira, a política derreteu na crise da corrupção... e a recessão chegou forte e grave.

Ao entrar 2017, o Brasil deverá ter reduzido o tamanho do PIB anual perto de 10% em relação a 2013, representando forte empobrecimento da população, que cresceu pelo menos 4,8 milhões de habitantes nos últimos três anos. Embora vários fatores estejam na base da crise, o estouro da bolha de consumo das pessoas desempenhou papel preponderante pelas razões já mencionadas.

Ainda que o país continue relutando em enfrentar seus graves problemas estruturais – como é caso da crise da previdência, do rombo nas contas públicas e da precarização da infraestrutura física –, a partir do segundo semestre o PIB deverá encetar pequena recuperação e, conforme preveem os analistas do setor financeiro, crescerá em 2017 em torno de 2% em relação a 2016.

Um dos dramas principais do Brasil é a enorme dificuldade de fazer mudanças em áreas nas quais claramente há deficiências estruturais, como é o caso já citado da previdência social do setor privado e do setor público.

A correção do gigantesco déficit das contas públicas poderá ser iniciada pelo aumento da arrecadação derivado do crescimento do PIB, desde que os municípios, os estados e a União parem de gastar de forma irresponsável e adotem políticas de austeridade e eficiência gerencial.

O país tem de fazer escolhas: ou opta por fazer as reformas e enfrentar alguns sacrifícios agora ou seguirá cultivando as sementes da próxima crise. Se não consertar

os defeitos de sua economia, o resultado será a manutenção da pobreza e a impossibilidade de ver o desenvolvimento econômico e social nas próximas décadas. Entre as várias lições da recessão, uma delas é a de que a economia não comporta milagres nem saídas fáceis para as crises.

Ministério vê 'risco de conflito de interesses' em indicações ao Carf

20/06/2016 - Fonte: Bem Paraná

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle finalizou uma auditoria em que constatou que o critério de escolha dos integrantes do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) tende a prejudicar a lisura das decisões do colegiado, vinculado ao Ministério da Fazenda.

Os técnicos da pasta argumentam que, como metade dos conselheiros é indicada pela Fazenda Nacional e o restante representa confederações e centrais sindicais, há uma inclinação do conselheiro para julgar conforme a sua procedência, de modo a manter-se no mandato e garantir a recondução, atesta o relatório.

Observa-se que existe restrição na representatividade dos contribuintes e dos fazendários, uma vez que 81% das vagas dos representantes dos contribuintes se destinam a três confederações, mas existem dez entidades a serem representadas no conselho, diz outro trecho.

O trabalho em questão foi feito em parceria com o TCU (Tribunal de Contas da União), que já havia alertado para a necessidade de que a seleção do relator de cada processo em tramitação no conselho fosse feita por sorteio eletrônico.

O pente fino no Carf ocorreu em decorrência da Operação Zelotes, que identificou um esquema bilionário de pagamento de propina a conselheiros e compra de sentenças no colegiado, responsável por julgar recursos de contribuintes que foram penalizados pela Receita Federal.

Na avaliação do ministério, o atual formato de escolha do membros do Carf padece de transparência, já que não houve publicação das informações relativas ao processo de seleção (lista tríplice, currículos mínimos dos candidatos e selecionado etc.) no sítio do conselho, conforme disposto em seu Regimento Interno, diz o relatório.

Fazenda autoriza reajuste de 10,6% em tarifas dos Correios

20/06/2016 - Fonte: Bem Paraná



O Ministério da Fazenda autorizou reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e determinou que o Ministério das Comunicações aplique um aumento linear de até 10,641% sobre todo o rol de tarifas e preços públicos cobrados pela empresa nos serviços postais de monopólio.

A portaria com a decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 20.

Sem dinheiro em caixa até para pagar salários de empregados, os Correios esperavam esse aumento nas tarifas desde abril. Conforme o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, apurou no início do mês, com fontes, o represamento do preço das tarifas de serviços pelo governo para evitar impactos na inflação seria um dos principais fatores do prejuízo da estatal.

Mesmo com o reajuste de 8,89% dado pelo governo em dezembro de 2015 às tarifas de entrega de cartas e telegramas, a defasagem retirou cerca de R\$ 350 milhões dos Correios no ano passado. Também apesar do reajuste de 2015, os cálculos são de que as tarifas ainda continuavam defasadas em torno de 8%.

Indústria quer ajuda do governo para exportar mais

20/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

A escalada do desemprego tem produzido um efeito adverso na distribuição de renda do país. Após anos de queda contínua, a desigualdade -a distância de renda entre ricos e pobres- voltou a crescer com força no primeiro trimestre deste ano.

A tendência é objeto de estudo do professor da USP Rodolfo Hoffmann, especialista em políticas sociais, que usou dados do IBGE para estudar o impacto da falta de vagas.

Desde o início do segundo mandato da presidente afastada, Dilma Rousseff, em 2015, a desigualdade entre os que compõem a força de trabalho (desempregados e ocupados) aumentou quase 3%. É bastante para um indicador que varia pouco ao longo tempo. Nesse período, a taxa de desemprego subiu de 7,9% para 10,9%.

O levantamento se baseia em informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), cuja série começou em 2012. E capta apenas os movimentos da renda proveniente do mercado de trabalho.

Deixa de lado, portanto, recursos que venham de aposentadoria, pensões e aluguéis, por exemplo.

Assim, se a pessoa perdeu o emprego, a renda, por esse estudo, vai a zero, mesmo que eventualmente receba recursos do Bolsa Família ou da Previdência. Seguro-desemprego e FGTS, que têm efeitos só temporários, também não são computados.

A métrica mais apurada para medir a desigualdade é a renda dividida por morador de um domicílio, mas esse dado só é divulgado pelo IBGE uma vez por ano, em setembro. Até lá, para não ficar no escuro, estudiosos costumam usar como régua a renda dos trabalhadores ocupados.

NÚCLEO DA RECESSÃO

Hoffmann, porém, decidiu trilhar outra via, para ajustar a visão sobre o que considera o núcleo da recessão. "Como uma característica importante da crise é o aumento do desemprego, é mais apropriado analisar a distribuição do rendimento da força de trabalho, e não apenas dos ocupados. Considerar apenas os ocupados implica desconsiderar os desempregados", diz.

No primeiro trimestre deste ano, segundo o IBGE, 11,089 milhões de pessoas tentaram, sem êxito, se ocupar. São desempregados pela estatística oficial. A informalidade também aumentou no período. Entre o primeiro trimestre de 2015 e o início deste ano, segundo Hoffmann, "aumentou o desemprego, diminuiu a renda média e cresceu a pobreza" .

ECONOMIA NO ALMOÇO

Na fila do restaurante popular no bairro de Santana, na zona norte de São Paulo, a cuidadora de idosos Rejane Araújo, 56, sentiu na pele o sinal mostrado pelos números.

Perdeu a carteira assinada, faz trabalho informal e recorre ao prato popular para economizar no almoço. "A vida era mais fácil antes."

Economistas veem queda de 3,44% do PIB neste ano, mas inflação vai a 7,25%

20/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Economistas voltaram a ver queda menor da atividade econômica neste ano, mas em um cenário de inflação mais pressionada, de acordo com o Boletim Focus desta segunda-feira (20).

A pesquisa semanal do Banco Central aponta queda de 3,44% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. A projeção anterior era de contração de 3,60%, enquanto quatro semanas atrás a retração estimada era de 3,83%. Para 2017, a previsão de crescimento foi mantida em 1%.

A revisão ocorre poucos dias após a notícia de que a atividade econômica do Brasil ficou estagnada em abril, após 15 meses seguidos de quedas. O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) teve variação positiva de 0,03% em abril na comparação com março. Na comparação com abril de 2015, o IBC-Br caiu 5,75% e em 12 meses acumula queda de 5,35%, sempre em números dessazonalizados.

Por outro lado, a pesquisa voltou a mostrar inflação mais pressionada neste ano. A estimativa para o IPCA (índice oficial de preços do país) foi elevada de 7,19% para 7,25%. Há quatro semanas, a previsão era de 7,04%.

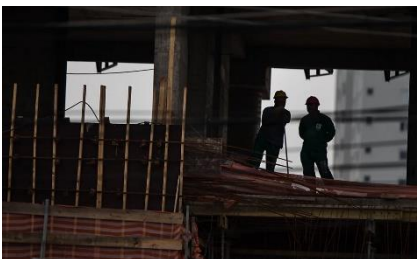
Em 2017, a projeção permanece de 5,50%, abaixo da meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2017, que é de 4,5% com 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Na semana passada, a ata da última reunião de política monetária do Banco Central indicou que o IPCA deve chegar ao centro da meta de 4,5% no fim de 2017, caso a taxa de câmbio seja mantida em R\$ 3,60 e a taxa básica de juros permaneça em 14,25% ao ano.

O Boletim Focus projeta taxa de câmbio de R\$ 3,60 no fim deste ano, queda em relação à estimativa passada, que era de R\$ 3,65. Para 2017, economistas também reduziram levemente a projeção, de R\$ 3,81 para R\$ 3,80. Já a previsão para a taxa básica de juros foi mantida em 13% no final deste ano e em 11,25% em 2017.

Renda dos mais ricos continua a avançar, apesar de recessão

20/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



O aumento da desigualdade no período mais recente vem ocorrendo devido à queda da renda dos mais pobres. Pelo levantamento feito pelo professor da USP Rodolfo Hoffmann, a renda dos que estão na base da pirâmide caiu no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2015.

A desigualdade –diferença entre ricos e pobres– aumenta quando há descompasso no ritmo de aumento de renda dos dois extremos.

Entre 2001 e 2014, a desigualdade recuou porque a renda dos mais pobres cresceu mais do que a dos ricos.

O velocímetro se inverteu no segundo mandato de Dilma, pelo radar de Hoffmann. Entre o primeiro trimestre de 2015 e este ano, a metade mais pobre da força de trabalho perdeu renda. Já entre os 10% mais ricos, ela cresceu. O desemprego e a piora do mercado de trabalho, via informalidade, têm recaído com mais intensidade sobre os trabalhadores de menor renda e escolaridade, observa a economista Ana Maria Barufi, do Bradesco.

"O desemprego sobe mais entre os que tinham menos qualificação e os que tinham rendimento mais baixo. [Isso sugere que] os que estão saindo da massa ocupada são os mais pobres", afirma.

"Se o desemprego aumenta nas camadas inferiores da distribuição, é de esperar que a renda dos mais pobres caia mais", acrescenta.

Pelo estudo de Hoffmann, subiu a fração de pessoas que informaram receber como salário ou renda do trabalho até R\$ 600 ao mês. No primeiro trimestre, eram um quarto da força de trabalho –quase 27 milhões de pessoas. Se descontados os desempregados (cuja renda é zero pela metodologia do estudo), são 16 milhões de pessoas.

"A linha de R\$ 600 dá ideia da precarização do mercado de trabalho", diz Barufi, referindo-se a fontes de renda que vêm de bicos e outros trabalhos informais. Hoffmann acredita que o comportamento verificado na força de trabalho vá interferir na desigualdade total –que compara a renda dos domicílios dos dois extremos, somando benefícios.

"Eu apostaria que os dados sobre renda domiciliar per capita também vão mostrar interrupção da queda da desigualdade", referindo-se à tendência que, para ele, teve início em 1995.

Barufi prevê que a desigualdade total vá subir, porém com menos intensidade do que a vista no radar do especialista da USP. Para ela, a medida de desigualdade focada apenas no rendimento da força de trabalho pode mostrar um retrato exagerado do problema.

"Para as classes D e E, a renda do trabalho corresponde a 63% da massa de renda. Outras fontes [como o Bolsa Família e a Previdência] são importantes nessa camada da população", afirma ela.

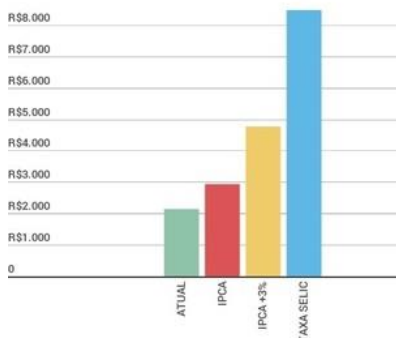
Os especialistas debatem atualmente se o aumento da formalidade, ocorrido na última década, poderia contribuir como uma proteção aos mais pobres neste momento de crise, com FGTS, abono salarial e seguro-desemprego.

Para Sérgio Firpo, do Insper, esse colchão é mais fino do que se pode imaginar. "As regras de acesso a esses benefícios, tais como funcionam hoje, estimulam a rotatividade excessiva", diz. "De tanto rodar de emprego, o trabalhador acumulou menos poupança."

O FGTS segue perdendo de goleada para a inflação

20/06/2016 - Fonte: R7

Simulação saldo de R\$ 1.000 no FGTS atual e em diferentes formas de correção (de 2000 a Maio/2016)



Fonte: Caixa e Banco Central
Elaborado por Richard Ryttenband

O gráfico compara as simulações feitas com o saldo atual do FGTS

A mudança na remuneração do saldo do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é uma solicitação antiga dos trabalhadores e no ano passado ganhou ainda mais força, com a aprovação na Câmara dos Deputados, de Projeto de Lei que prevê correção dos saldos pela IPCA (inflação oficial), mais uma taxa de juros de 3% ao ano.

A proposta se diferencia do que ocorre hoje, em que a atualização do FGTS se dá pela TR (taxa referencial) + 3% ao ano, o que tem provocado severas perdas de poder aquisitivo aos trabalhadores, já que a TR está próxima de zero desde 1999.

O projeto de lei que tramita na Câmara, para ser aprovado ainda precisa passar pelo Senado Federal e pela sanção do Presidente da República. Enquanto isso, o saldo das contas do FGTS seguem sendo goleadas pela inflação.

Para se ter uma ideia, um trabalhador que tivesse depositado R\$ 1mil no FGTS no ano de 2000, teria em maio de 2016, R\$ 2.147,06, aumento de 114,71% no período. A primeira vista pode parecer um bom retorno, porém, quando analisamos a inflação no mesmo período, esta foi de 194,3%, bem acima do FGTS.

Em outras palavras, o trabalhador após 16 anos, nem sequer preservou o poder de compra, pelo contrário, hoje ele compra menos coisas com seu dinheiro do FGTS. Para ilustrar essa questão, simulei qual seria o saldo da conta deste trabalhador que depositou R\$ 1.000 no ano de 2000, nas seguintes situações.

1. Se o saldo fosse apenas corrigido pela inflação oficial, o IPCA:

O saldo no final de maio de 2016 seria de R\$ 2.943,10, 37% maior que o saldo do FGTS atual.

2. Se o saldo fosse corrigido pela inflação oficial, o IPCA, mais uma taxa de juros de 3% ao ano:

O saldo no final de maio de 2016 seria de R\$ 4.781,34, 122% maior que o saldo do FGTS atual.

3. Se o saldo fosse corrigido pela taxa básica de juros, a Selic:

O saldo no final de maio de 2016 seria de R\$ 8.502,00, 295% maior que o saldo do FGTS atual.

Não se discute as implicações sociais positivas da destinação dos recursos captados através do FGTS para moradias populares e projetos de infraestrutura, mas a questão central é por que o trabalhador ainda está pagando esta conta.

Já passou da hora de mudarmos a forma de correção dos saldos no FGTS, bem como toda estrutura de captação de recursos para habitação e projetos de infraestrutura.

MG é responsável por quase 30% dos pedidos de recuperação judicial no Brasil

20/06/2016 - Fonte: EM.com

Nada menos que 1.350 empresas no país lançaram mão da medida neste semestre para conseguir pagar as suas dívidas e equilibrar as finanças. Desse total, 29% são mineiras

O pedido de recuperação judicial apresentado pela empreiteira Mendes Júnior ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), envolvendo dívida de R\$ 258 milhões, faz parte de um movimento que avança em patamares recordes no país.

De janeiro a junho, o estado de Minas Gerais foi responsável por quase 30% dos pedidos para recuperação judicial protocolados no Brasil, segundo levantamento do Instituto Nacional de Recuperação Empresarial (INRE).

O número de requerimentos no país pode superar em 2016 a marca das 2,5 mil ocorrências, o maior patamar desde 2005, quando foi criada a lei que regulamenta o tema..

De janeiro a junho, deste ano 1.350 empresas no país perderam capacidade de pagamento de suas dívidas e lançaram mão da medida, 391 delas ou 29% do total estão em Minas.

Levantamento da consultoria EXM Partners com base em dados da Serasa Experian, aponta que os pedidos de recuperação judicial no país dispararam. Nos primeiros cinco meses deste ano, a alta foi de 95,1% frente ao mesmo período do ano passado, (de 387 casos, entre janeiro e maio de 2015, para 755 no mesmo período de 2016).

A deterioração da economia ajudou a encorpar o processo. Para especialistas, a recuperação judicial pode ser entendida como uma alternativa para a reestruturação, mas é preciso que a empresa tenha clareza e perceba o seu déficit antes que a deterioração das finanças seja irreversível.

“O processo de recuperação judicial muitas vezes força as empresas a se atualizar, a antecipar tendências e reinventar seu modelo de negócio”, diz Ângelo Guerra Netto, sócio da EXM Partners, empresa especializada na matéria. Segundo ele, o índice de sucesso pode superar 70%.

Segundo o especialista, na recuperação as empresas sentam em condições de igualdade com seus credores, amparadas pelo Judiciário e pelo interesse da maioria. “No processo existe a preservação da empresa como fonte geradora de emprego e renda.”

A reestruturação das empresas que obtêm sucesso nos processos de recuperação judicial dura de dois a cinco anos. Cálculos estimados da EXM Partners apontam que em todo o país os processos de recuperação judicial já movimentaram perto de R\$ 100 bilhões, desde 2005, sendo que 80% do valor envolve empresas de médio e grande porte. A EXM já soma R\$ 20 bilhões em passivos negociados e diz que o percentual de sucesso supera os 70%.

O caminho para a reestruturação é complexo e muitas empresas não conseguem atingir a meta. De janeiro a junho, enquanto 1.350 recorreram à medida, outras 1.115 organizações de pequeno, médio e grande porte foram à falência, 279 delas são mineiras.

Rual Rousselet, sócio da Bizup Consulting, especializada em recuperação judicial, enxerga a crise econômica como grande alavanca do crescimento do endividamento.

“A redução das vendas, o faturamento, o aumento dos gastos, principalmente com demissões que afetam o fluxo de caixa no curto prazo, são alguns fatores que ganharam corpo com a crise”, diz o especialista.

Segundo ele, as empresas que dependiam de capital de terceiros, ou seja, de empréstimos bancários, foram forçadas a atrasar os pagamentos aos fornecedores para manter o capital de giro, já que houve drástica redução dos limites de créditos oferecidos pelos bancos.

Rousselet cita também o aumento das taxas de juros e, em alguns casos, o impacto do câmbio na estrutura de custo da empresa. Ele reforça que o objetivo da lei é manter as operações da empresa, empregos e tributos, e mitigar as perdas aos credores: “Que no caso de falência da empresa certamente terão muito mais prejuízos.”

três perguntas para Raul Rousselet -especialista em recuperação judicial

1 - Após um pedido de recuperação judicial, quais são as chances de uma empresa se reerguer?

As chances de sucesso na recuperação judicial dependem basicamente do momento em que o empresário percebe a crise em seus negócios. Obviamente, quanto antes forem tomadas ações de reestruturação da empresa, maiores são as chances de sucesso.

É preciso analisar sempre em que estágio a empresa encontra-se, se está em uma crise de liquidez, quando ainda é gerenciável o processo de recuperação; ou em uma crise de insolvência, quando não é mais gerenciável.

2 - Geralmente as empresas têm uma percepção clara dos sintomas de sua crise?

Não. Usualmente, o empresário brasileiro não aceita o fato de estar em crise, e protela as decisões até o limite de insolvência da empresa, quando a crise não é mais gerenciável e, portanto, as chances de reversão da situação se tornam muito pequenas.

Os empresários brasileiros ainda encaram a recuperação judicial com os mesmos preconceitos criados pela lei da concordata.

Mas é importante destacar que a recuperação judicial é um instrumento legal para que as empresas possam tornar seus planos viáveis, e não um instrumento de “calote”. No entanto, por conta desse preconceito muitas vezes a decisão é tardia, e aí o nível de insucesso beira aos 95%.

3 - Qual a chave para alcançar o resultado?

Para que se tenha sucesso, é necessário uma análise e um diagnóstico amplo, profundo e detalhado da situação da empresa, verificando todas as facetas do negócio, não somente o aspecto financeiro, mas também e, principalmente, vendas, operação, gestão, administração.

Força, CTB e CSB reagem com 'estranheza' à fala de Padilha sobre terceirização

20/06/2016 - Fonte: EM.com

Os presidentes da Força Sindical, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) reagiram com "estranheza" às declarações da quinta-feira, 16, do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, em defesa da terceirização de trabalhadores.

"Causou-nos estranheza as declarações do ministro. Não vamos permitir qualquer mudança na legislação trabalhista que retire direitos dos trabalhadores. E qualquer ação de alteração, neste momento, sofrerá uma forte reação do movimento sindical", diz a nota assinada por Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, um dos líderes do impeachment na Câmara, Adilson Lopes e Antonio Neto.

Na quinta, durante evento com empresários, em São Paulo, Padilha afirmou que era necessário "caminhar no rumo das terceirizações". Ele foi aplaudido pela plateia.

Conforme os sindicalistas, a proposta de reforma trabalhista é levantada por "oportunistas de plantão" sempre que o Brasil entra em crise econômica e o governo do presidente em exercício Michel Temer precisa "ficar atento" para o tema.

Arrecadação de impostos e tributos federais em maio é o pior para o mês desde 2010

20/06/2016 - Fonte: EM.com



Com a contínua queda da atividade econômica, a arrecadação de impostos e contribuições federais voltou a recuar em maio e fechou o mês em R\$ 95,219 bilhões. Esse é o pior resultado desde 2010 e representa uma queda real de 4,81% em relação a 2015. No período acumulado entre janeiro e maio, o total pago pela sociedade em tributos somou R\$ 519,128 bilhões, o que equivale a uma redução de 7,36% sobre o ano passado. Esse também é resultado mais baixo dos últimos sete anos.

Relatório divulgado ontem pela Receita Federal mostra que a recessão econômica continuou a prejudicar o desempenho dos principais tributos. A arrecadação do PIS/Cofins, por exemplo, apresentou queda real de 7,09% em maio e fechou o mês em R\$ 21,206 bilhões. Já as receitas previdenciárias, que refletem o comportamento do mercado de trabalho, caíram 4,83%, somando R\$ 30,367 bilhões.

O Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação tiveram redução de 19,02% e chegaram a R\$ 3,655 bilhões. Neste caso, segundo a Receita, o número se deve principalmente à redução no valor em dólar das importações.

Em maio, apenas o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) mostraram crescimento entre os tributos mais importantes.

O total arrecadado foi de R\$ 10,887 bilhões, uma alta de 4,67%. Isso porque instituições financeiras que fazem recolhimento por estimativa mensal apresentaram uma alta de 81,68% no valor pago.

No acumulado do ano, no entanto, todos os principais impostos apresentaram queda. O PIS/Cofins recuou 6,66% (somando R\$ 109,485 bilhões), a receita previdenciária, 5,43% (R\$ 152,969 bilhões) e o Imposto de Importação e o IPI vinculado, 25,22% (R\$ 19,360 bilhões). Já o IRPJ e a CSLL apresentaram queda de 5,75% e fecharam os cinco primeiros meses do ano em R\$ 93,695 bilhões.

Desonerações Ainda de acordo com a Receita, as desonerações concedidas nos últimos anos para estimular a economia continuam a impactar a arrecadação. Entre janeiro e maio, o total somou R\$ 37,748 bilhões.

Somente no mês passado, o valor foi de R\$ 7,575 bilhões. A desoneração de folha de pagamentos custou R\$ 1,211 bilhão em maio e R\$ 6,054 bilhões nos cinco primeiros meses do ano. A redução do benefício foi muito criticada pelo setor privado quando o governo enviou o pedido ao Congresso Nacional, ainda no ano passado.

Com a queda na arrecadação, a Receita Federal montou uma força-tarefa com a elite dos auditores fiscais do país para investigar fraudes tributárias praticadas pelas empresas que foram contempladas com desoneração da folha de pagamentos. Para a Receita, a complexidade do modelo de desoneração da folha criado no país abriu brechas para a sonegação fiscal.

O governo federal arrecadou ainda R\$ 597 milhões com o Refis no mês passado, programa de parcelamento concedido através da lei 12.996 de 2014. A arrecadação com o programa de janeiro a maio foi de R\$ 2,858 bilhões.

Mulheres receberam 80% do salário dos homens em 2014, mostra IBGE

20/06/2016 - Fonte: CIMM

Em 2014, as mulheres receberam 80% do salário dos homens, segundo o Cadastro Central de Empresas (Cempre) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elas receberam, em média, R\$ 2.016,63 mensais no ano, enquanto eles recebiam R\$ 2.512,07, apontou a pesquisa.

Em 2013, elas recebiam 79,5% do salário dos homens. As remunerações médias mensais cresceram 1,8%. Sendo que os salários das mulheres aumentaram 2,3% e dos homens, 1,7%, em comparação com o ano anterior.

“Por outro lado, os salários médios do pessoal ocupado assalariado sem nível superior tiveram aumento de 1,2%, ao passo que os salários do pessoal com nível superior registraram queda de 0,5%”, apontou o levantamento.

Em média, o pessoal ocupado assalariado com nível superior recebeu R\$ 4.995,08 enquanto os trabalhadores em nível superior receberam R\$ 1.639,04. “Ou seja, uma diferença de 204,8%”, ressaltou o estudo.

5,1 milhões de empresas

O levantamento mostrou ainda que em 2014 o Cempre reunia 5,1 milhões empresas e outras organizações formais ativas. Este número representa uma queda de 5,4% em relação a 2013, ou 288,9 mil empresas a menos.

De acordo com o IBGE, esta foi a primeira queda no número de empresas e outras organizações de toda a série histórica da pesquisa iniciada em 2007.

Pessoal ocupado e salários

O total do pessoal ocupado mostrou crescimento, no entanto, 0,2%, ou 97,5 mil pessoas. Já o pessoal ocupado assalariado subiu 0,8%, 381,3 mil. Já o número de sócios e proprietários de empresas caiu 3,9% (283,8 mil).

O total de salários e outras remunerações mostrou crescimento de 4,5% e chegou a R\$ 1,5 trilhão. O salário médio mensal aumento 1,8% em termos reais, apontou a pesquisa, e chegou a R\$ 2.301,82. Em 2013, o aumento havia sido de 3,7%. De 2009 até 2014, o salário médio mensal cresceu 16,3%, segundo o IBGE.

Em todas as variáveis analisadas, o ano de 2014 apresentou as menores variações anuais da série iniciada em 2007, informou o instituto. "Para analisar a evolução dos indicadores do Cempre, considerou-se 2008 como o ano inicial em razão de um melhor ajuste na Classificação de Atividades Econômicas (CNAE) naquele ano", ressaltou o IBGE, em nota.

Menores salários

De acordo com a análise, os menores salários mensais foram pagos por alojamento e alimentação, R\$ 1.133,10, atividades administrativas e serviços complementares (R\$ 1.409,43) e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, R\$ 1.498,91. Juntas, estas atividades absorveram 32,6% do pessoal ocupado assalariado.

A pesquisa mostrou que, em 2014, o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, pelo quinto ano seguido, foi a atividade que concentrou o maior número de pessoas ocupadas com salários, 9,3 milhões, ou 19,3%.

A atividade também se destacou com a maior participação no número de empresas e outras organizações, informou o IBGE. Foram 2 milhões de empresas ou 40,1% do total; e no total do pessoal ocupado, 21,9% ou 12,1 milhões.

Em salários, no entanto, foi a administração pública, defesa e seguridade social que apresentou a maior participação com R\$ 338,2 milhões ou 23%. O setor também mostrou a maior proporção de assalariados com nível superior, 43,9%. Contudo, o IBGE ressaltou que as pessoas sem nível superior predominaram em todas as categorias, com 87,9% empresas e 71,2% nas entidades sem fins lucrativos.

Sobe número de mulheres no mercado

A pesquisa mostrou ainda que, em relação a 2013, o pessoal ocupado assalariado cresceu 0,8%. No entanto, houve recuo no número de homens de 0,1% e um crescimento de 2% no número de mulheres. Analisando o pessoal ocupado em 2014, porém, o Cempre mostrou que 56,5% eram homens e 43,5% eram mulheres.

Do total de ocupados, 80,4% não tinham nível superior e 19,6% possuíam. A pesquisa mostrou ainda que o pessoal ocupado assalariado com nível superior cresceu 6,9%, enquanto sem esse grau de escolaridade, recuou 0,6%.

Por regiões

A região Sudeste concentrava em 2014 51,6%, ou 2,9 milhões, das unidades locais com 50,5% do pessoal ocupado, ou 27,9 milhões, 50,2% do pessoal assalariado (24,2 milhões) e 54,4% dos salários e outras remunerações (R\$ 799,8 milhões).

CNI diz que atividade industrial está em queda

20/06/2016 - Fonte: CIMM

A atividade da indústria continuou em queda em maio, mas o recuo foi menos intenso que os verificados em abril e no mesmo período de 2015, informou hoje (17) a Confederação Nacional da Indústria (CNI), no boletim Sondagem Industrial. O índice de evolução da produção ficou em 45,5 pontos em maio contra 42,4 em abril.

Há, ainda, melhora nas expectativas do empresariado, principalmente em relação à demanda, cujo índice saltou de 47,8 para 51 pontos. Os indicadores de evolução de produção e de expectativa de demanda variam de zero a cem. Valores acima de 50 pontos indicam aumento na comparação com o mês anterior e expectativa de aumento para os próximos seis meses.

Segundo a CNI, as expectativas com relação às exportações se tornaram otimistas. O índice de expectativa de quantidade exportada passou de 50,7 para 52,5 pontos. O empresariado também se disse menos pessimista quanto ao número de empregados e à compra de matérias-primas. Houve aumento no índice de expectativas desses dois indicadores, mas a pontuação permanece abaixo dos 50 pontos.

Estoques

Os números mostram também que os estoques de produtos finais da indústria recuaram e permanecem no nível planejado pelas empresas. O índice de evolução dos estoques foi a 48,9 pontos, indicando queda dos estoques pelo sétimo mês consecutivo.

Já a ociosidade no parque industrial se manteve elevada: o percentual médio de utilização da capacidade instalada (UCI) permaneceu em 64% pelo terceiro mês consecutivo. O valor é dois pontos percentuais inferiores ao registrado em maio de 2015, acrescentou a CNI.

A Sondagem Industrial foi feita entre 1º e 13 de junho com 2.456 empresas, das quais 1.022 são pequenas, 867 são médias e 567 de grande porte.

International quer voltar a montar caminhões em Canoas

20/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A Navistar garante que não desistiu de montar os caminhões International no Brasil. Apesar de ter suspenso completamente a produção de veículos na fábrica de Canoas (RS) desde outubro do ano passado (leia [aqui](#)), a empresa comprovou que quer voltar a produzir ao renovar por um ano, até maio de 2017, sua habilitação de fabricante no Inovar-Auto, depois de ficar um ano fora do programa.

De forma despercebida, a habilitação foi aprovada pelo Ministério da Indústria por meio da Portaria 129 publicada em 31 de maio último no Diário Oficial da União.

“Sempre tivemos a intenção de retomar a produção assim que o mercado melhorar. Interrompemos a linha para ajustar os estoques que cresceram em função da queda abrupta das vendas. Se existir demanda, podemos rapidamente colocar a fábrica para funcionar outra vez”, explica José Eduardo Luzzi, presidente da Navistar América do Sul. “A renovação da nossa habilitação no Inovar-Auto comprova o interesse em voltar a produzir”, destaca.

Com capacidade para fazer até 5 mil caminhões/ano, a linha de montagem da International foi inaugurada na fábrica de Canoas em junho de 2013 – antes disso os dois modelos nacionais, o pesado 9800i e o semipesado Durastar, eram montados em área alugada da Agrale em Caxias do Sul (RS).

No primeiro ano de operação em Canoas, as vendas foram sustentadas basicamente pela vitória de uma licitação pública para o fornecimento de quase 900 unidades do Durastar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De 2014 para 2015 os negócios desabaram de 954 para 67 unidades vendidas, inviabilizando o empreendimento.

Depois de parar a linha de produção no ano passado, a International continuou vendendo os caminhões que tinha em estoque, por meio de três concessionárias que seguiram abertas e vendas diretas do fabricante.

Este ano, de janeiro a maio, foram emplacados 25 veículos da marca. E neste mês a empresa até investiu em campanha publicitária em TV regional no Rio Grande do Sul, onde tem boa reputação com os clientes.

FÁBRICA PARADA

Depois de paralisar a linha de montagem de caminhões, a Navistar desmobilizou todas as demais áreas da unidade de Canoas. O centro de distribuição de peças foi transferido em novembro para São Paulo, na planta de Santo Amaro, e o contrato de produção de motores MWM para a picape Chevrolet S10 da GM foi encerrado em março passado. Com isso, quase todos os funcionários foram demitidos, mas ainda ficou uma equipe que cuida da manutenção da fábrica e dos caminhões ainda em estoque.

Segundo fontes, a Navistar negociou a locação ou parcerias com todas as fabricantes chinesas de caminhões que tinham planos de produzir no Brasil, incluindo Foton, Sinotruk, JAC e Shacman.

Contudo, nenhuma proposta foi considerada viável, especialmente do ponto de vista financeiro, pois as matrizes na China não demonstraram interesse em investir no País depois da derrocada do mercado de caminhões.

A Foton, que tinha assumido compromisso de erguer fábrica no mesmo Estado, em Guaíba, acabou fechando acordo para alugar uma área na Agrale de Caxias do Sul – ironicamente, a mesma que por mais de uma década foi utilizada pela International.

Grupo VW anuncia novo plano estratégico global

20/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Enquanto ainda enfrenta o maior escândalo de sua história, envolvendo uma fraude em veículos com motores a diesel que manipulam dados em testes de emissões, o Grupo Volkswagen anuncia um novo plano estratégico global como efeito direto do dieselgate.

O planejamento denominado "Juntos – Estratégia 2025", na tradução livre de Together Strategy 2025, traz uma série de ações previstas para serem concretizadas em até 10 anos e prevê desde o lançamento de 30 novos veículos elétricos até novas metas financeiras focadas no crescimento rentável.

O anúncio, feito na quinta-feira, 16, pelo CEO, Matthias Müller, em Wolfsburg, Alemanha, foi desenhado pelo conselho de gestão e aprovado pelo conselho de

supervisão e compreende uma série de decisões de longo prazo. Também é uma resposta ao mercado mundial - e aos acionistas do grupo - frente ao problema de fraude, que abalou as estruturas mais sólidas da companhia, desde setembro de 2015, quando veio a público, desencadeando investigações tanto no âmbito governamental, principalmente na Europa e Estados Unidos, quanto internamente, iniciadas logo após a saída do então CEO e presidente do conselho do Grupo Volkswagen, Martin Winterkorn.

“Vamos transformar nossa principal atividade no setor automobilístico ou, para dizer de outro modo, conduzir um realinhamento que é fundamental para se preparar para uma nova era da mobilidade”, afirmou Müller durante a apresentação do plano”.

“Ele será concretizado com as estratégias correspondentes para as marcas do grupo e serão gradualmente elaboradas ao longo dos próximos meses. A Volkswagen vai apresentar o programa estratégico detalhado, dividido por marcas e funções e apoiado com medidas específicas e metas financeiras antes do fim do ano”, acrescentou.

“Daremos ênfase especial à mobilidade elétrica. O grupo prepara uma iniciativa muito ampla nessa área: nos próximos 10 anos, lançará mais de 30 tipos de veículos impulsionados exclusivamente por baterias elétricas”, reforçou o CEO.

A VW, que até agora nunca se destacou no segmento de veículos elétricos, estima agora que em 2025 eles poderão representar até 25% de suas vendas mundiais de veículos leves, com uma meta de vendas anuais de 2 a 3 milhões de unidades.

O plano atual também mostra claramente que o grupo abandonou o principal objetivo do programa anterior, de se tornar o líder de vendas mundiais até 2018, desbancando a Toyota do posto de maior fabricante. “A dimensão não é um objetivo em si mesmo”, disse Müller, diferenciando-se de seu antecessor Winterkorn.

A companhia vai rever suas arquiteturas modulares com o mesmo objetivo de gerar crescimento rentável. Neste âmbito, deve reduzir a complexidade no desenvolvimento e produção, aumentar a eficiência e, assim, fazer melhor uso do sistema.

Além disso, o portfólio atual de produtos do grupo de cerca de 340 diferentes variantes de modelos será sistematicamente orientado para o crescimento rentável, levando em consideração as necessidades regionais dos mercados.

Já entre as novas metas financeiras, o grupo prevê uma melhora de sua rentabilidade com uma margem operacional estimada entre 7% e 8%, em comparação aos 6% realizados 2015, o que implicaria em ter € 8 bilhões anuais suplementares em benefícios ou cortes. Para atingir tal meta, o CEO mencionou projetos, tais como o compartilhamento das 26 fábricas de peças das doze marcas do grupo em um esforço de reestruturar a área de componentes.

O grupo também continuará com o plano de agrupar suas diferentes marcas de ônibus e caminhões - que inclui MAN, Scania e Volkswagen (VWCO) - em uma só sigla, a Volkswagen Truck & Bus.

A Estratégia 2025 da VW prevê ainda a criação de uma divisão focada nas necessidades de mobilidade no âmbito de serviços. Recentemente, a empresa anunciou investimento US\$ 300 milhões na empresa Gett, rival do Uber na Europa.

“O setor dos serviços de mobilidade representa um mercado de € 35 bilhões e queremos aproveitá-lo”, declarou Müller.

GE nacionaliza inversores solar e eólico

20/06/2016 - Fonte: Usinagem Brasil

Na avaliação da GE, o setor de energias renováveis no Brasil tem excelentes expectativas de crescimento para os próximos anos. A empresa cita dados da Abeeólica e da Absolar, que preveem que até 2020 a energia eólica será a segunda fonte de geração de energia no País, respondendo por 12% da produção, e que a energia solar representará 4% da matriz energética brasileira até 2024.

“Seguindo essa tendência, a divisão de Power Conversion da GE Energy Connections acaba de concluir o plano de nacionalização de seus inversores solar e eólico, linhas LV5 + DTA CFI respectivamente, de acordo com as regras do BNDES”, informa a GE.

“É um grande orgulho anunciar que duas novas tecnologias da GE voltadas para o mercado de energias renováveis estão nacionalizadas”, comenta Sérgio Zuquim, diretor Comercial da GE Power Conversion para América Latina.

A nacionalização atende aos objetivos da empresa de oferecer uma solução completa ao cliente por meio de diferentes negócios da companhia. No caso do inversor eólico de frequência, que é instalado dentro da turbina eólica, atendeu uma demanda específica da GE Wind, que participou ativamente de todo o processo.

“A partir da nacionalização dessa tecnologia específica para a GE Wind, poderemos nacionalizar outros equipamentos de acordo com a demanda do mercado, já que contribuimos para a consolidação de uma cadeia de suprimentos ainda incipiente”, explica Zuquim.

Já o inversor solar de frequência é um equipamento universal que poderá ser vendido para todos os clientes que estão construindo ou planejando construir plantas solares não só no Brasil, como em outras partes do mundo, atendendo às necessidades do mercado por pelo menos dez anos.

“A GE tem sido pioneira na oferta de inversores solares de 1.500 volts que trazem alta relação custo benefício a parques solares. Desde o lançamento desses inversores em 2014, a GE já entregou mais de 1 GW e acumulou mais de 4GW em contratos globalmente. Agora que os inversores obtiveram a acreditação do BNDES, temos uma boa oportunidade de agregar valor também para clientes brasileiros”, acrescenta Zuquim.

A GE tem investido na nacionalização de equipamentos em suas várias com atuação no Brasil, como Aviation, Transportation, Healthcare e Wind. “Todo o processo foi realizado usando a expertise da GE na área. Além de atender às necessidades dos clientes, estamos contribuindo para o crescimento do setor energético como um todo, já que desenvolvemos a cadeia local de fornecedores”, finaliza o executivo.

Óleo&Gás: Abimaq otimista com nomeação de Márcio Félix

20/06/2016 - Fonte: Usinagem Brasil

A Abimaq divulgou comunicado à imprensa para saudar a nomeação do engenheiro Moacir Félix à Secretaria de Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Energias Renováveis, do Ministério das Minas e Energia.

“A Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, representante nacional dos interesses da indústria de máquinas e equipamentos, recebe com grande otimismo a nomeação do engenheiro Márcio Félix como titular da Secretaria de Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Energias Renováveis do Ministério de Minas e Energia”.

De acordo com o diretor de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia e Petroquímica da Abimaq, Alberto Machado, Félix é um profissional de alto gabarito, com ampla experiência no setor de petróleo e gás, sólida formação profissional e é um ferrenho defensor do desenvolvimento nacional.

"Pela visão que possui de todos os níveis da cadeia de valor envolvida, a atuação de Félix deverá representar um novo marco no atendimento às demandas do setor de petróleo e gás para a retomada do desenvolvimento nacional, permitindo que, a partir das demandas geradas pelo setor, a indústria possa recuperar os postos de trabalho perdidos nos últimos anos e restabelecer o crescimento do PIB industrial do Brasil.

Desejamos muito sucesso ao novo secretário", destaca Machado.

Lei de Empresas Juniores será celebrada em sessão especial

20/06/2016 - Fonte: Agência Senado



Proposições legislativas

- [PLS 437/2012](#)

A edição da Lei das Empresas Juniores ([Lei 13.267/2016](#)), sancionada em abril deste ano, será celebrada em sessão especial no Plenário do Senado às 11h de segunda-feira (20). A iniciativa é do senador José Agripino (DEM-RN), autor da proposta ([PLS 437/2012](#)) que deu origem a lei.

A legislação brasileira é a primeira em todo o mundo a disciplinar o funcionamento das Empresa Juniores nas universidades. A medida beneficia cerca de 15 mil jovens universitários que atuam nessas entidades em todo o país.

Empresas Juniores são associações civis, sem fins lucrativos, constituídas exclusivamente por alunos das mais diversas áreas da graduação de instituições de ensino superior, com o intuito de estimular o espírito empreendedor e de promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional dos estudantes. As empresas juniores elaboram projetos para empresas, entidades e para a sociedade em geral, sob a supervisão de professores e profissionais especializados.

Agripino destacou que o novo marco legal, além de garantir segurança jurídica ao funcionamento das Empresas Juniores, assegura também imunidade tributária a todas elas.

Cobre opera em alta em meio a maior apetite por risco e dólar mais fraco

20/06/2016 - Fonte: Jornal do Comércio

Os futuros do cobre operam em alta nesta segunda-feira em meio a um apetite por risco - diante da maior possibilidade de o Reino Unido continuar na União Europeia (UE) - e um dólar mais fraco, o que incentiva a demanda pelo metal.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses subia 1,5%, a US\$ 4.620 a tonelada, perto das 7h30min (de Brasília). Na Comex, divisão de metais da New York

Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho tinha alta de 1,12%, a US\$ 2,0740, às 8h29min.

Os mercados de risco em geral sobem com força após a sondagem publicada no jornal inglês Mail on Sunday sugerir que 45% dos eleitores no Reino Unido apoiam a permanência do país na UE, enquanto 42% são contra.

Além disso, o índice do dólar recua 0,6%, tornando a commodity denominada em dólar mais barata aos investidores detentores de outras moedas.

Para o futuro, espera-se que os preços do cobre continuem a subir diante da melhora do sentimento dos investidores chineses.

"Nós continuamos a esperar uma maior exigência física chinesa na segunda metade do ano, uma vez que medidas de estímulo devem começar a repercutir-se na economia real", dizem os analistas Capital Economics.

Abesco cobra política de eficiência energética

20/06/2016 - Fonte: Jornal do Comércio



Em momentos de sobra de energia, como o Brasil atravessa, é fácil esquecer a relevância de utilizar sabiamente o recurso. Nesse sentido, o diretor financeiro da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), José Marcelo Sigoli, salienta que, atualmente, há uma preocupação com a diversificação da matriz energética, mas o melhor uso da eletricidade está sendo negligenciado.

O dirigente lamenta a falta de uma política de governo sobre as práticas de efficientização de energia. Além disso, é necessário promover ações para modificar a cultura da sociedade.

"É preciso mostrar a importância dessas ações, não somente econômica, mas também ambiental", defende. Uma das dificuldades apontadas por Sigoli para que as práticas de efficientização sejam mais desenvolvidas é que os empreendedores, em períodos de crise, preferem não investir e, em períodos de expansão, focam a produção.

O dirigente diz que, dependendo do setor, há um bom potencial para reduzir o desperdício de energia. No segmento industrial, por exemplo, em média, um motor de alto rendimento economiza de 20% a 30% de energia em relação a um tradicional.

Outro caso em que pode ser aprimorado o uso da energia são as indústrias, hospitais e hotéis que utilizam caldeiras a gás ou elétricas para produzir vapor. A cogeração, com o reaproveitamento de gases de escape, pode diminuir o consumo.

Na área residencial, um conceito que surgiu na Alemanha e se expandiu por outros países vem ganhando força: o da Passivhaus. O foco é o desempenho térmico da casa. Segundo a ideia da Passivhaus, uma residência precisa atingir um consumo de até 15 kWh metro quadrado ao ano.

O diretor executivo da Tria Arquitetura, Klaus Bohne, fez um teste com um apartamento fora dessas especificações, de 113 metros quadrados, que tem um consumo médio mensal de 425 kWh, o que significa cerca de 45 kWh metro quadrado ao ano. "Ou seja, três vezes mais", enfatiza o empresário. A comparação representa um gasto a mais de R\$ 2,5 mil em um ano.

O diretor da Tria Arquitetura detalha que a redução do consumo pode ser alcançada com medidas como o isolamento térmico e o aproveitamento da ventilação do ambiente. Também pode ser utilizado um aparelho de recuperação de calor (mechanical ventilation with heat recovery - MVHR).

O mecanismo é semelhante a um ventilador que puxa o ar do ambiente exterior e o refresca (quando quente) ao ingressar na casa. Posteriormente, o aparelho joga o ar para fora, mantendo um fluxo constante. Outra solução é a geração de energia com painéis fotovoltaicos.

Bohne prevê que as iniciativas de Passivhaus irão se propagar no Brasil. Implementar essas ações em um edifício já construído é mais trabalhoso. No entanto, em prédios em construção, o processo encareceria apenas 10% a 15% do custo das obras, com o retorno do investimento através da economia de energia.

Bohne e Sigoli participaram na semana passada do 1º Seminário Internacional de Eficiência Energética promovido pela Câmara Brasil-Alemanha, no Hotel Laghetto, em Porto Alegre.

Volks vai deixar de fabricar 40 modelos, diz jornal alemão

20/06/2016 - Fonte: Jornal o Globo



A Volkswagen vai deixar de produzir mais de 40 modelos de carro nos próximos anos, segundo informações reveladas neste sábado pelo jornal alemão Handelsblatt. A decisão seria parte de uma nova estratégia da montadora, frente a mudanças no setor, como a ascensão de automóveis e elétricos.

Hoje, a Volkswagen tem em seu portfólio cerca de 340 modelos, incluindo os fabricados por marcas como Audi, Skoda e Seat. Em nota, um porta-voz da empresa disse que a montadora ainda não decidiu quantos modelos serão descontinuados.

A empresa informou na quinta-feira que quer ser líder em transporte verde até 2025. A companhia disse que investiria "bilhões de euros" em carros elétricos e autônomos. O posicionamento pró-meio ambiente ocorre após a empresa ter admitido, no ano passado, ter usado um software para fraudar testes de emissões em seus carros movidos a diesel.

PLANO DE US\$ 10 BI PARA REPARAR FRAUDES

A marca alemã pretende gastar US\$ 10 bilhões para consertar ou tirar das ruas os cerca de meio milhão de carros equipados com o software fraudulento. A montadora estaria disposta a por o plano em prática, enquanto aguarda o aval das autoridades americanas sobre como fazer a reparação.

Segundo fontes ouvidas pela Bloomberg, do valor reservado, US\$ 6,5 bilhões seriam destinados aos donos de carros afetados pela fraude e US\$ 3,5 bilhões, ao governo americano e órgãos reguladores da Califórnia.

Os termos do acordo incluem uma opção para que donos de carro peçam reparo em seus veículos, mas não há um cronograma para que os consertos sejam executados, nem uma garantia de que eles serão aprovados pelas autoridades.

Senado poderá votar projeto do Supersimples Nacional nesta semana

20/06/2016 - Fonte: Portal Contábil



As votações no Senado, nesta semana, devem ter em pauta o projeto de Lei que altera os valores de enquadramento do Simples Nacional, o chamado Supersimples. A proposta, que está prevista para ser levada ao plenário na próxima terça-feira (21), atende a um pedido dos governadores dos estados e, caso seja aprovada, poderá contribuir para sanar o rombo com a queda de arrecadação de receitas.

No início do mês, alguns governadores se reuniram com o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), para discutir detalhes da proposta e pedir a sua aprovação. Criado em 2006, o Supersimples simplificou a burocracia e reduziu impostos no pagamento de contribuições a micro, pequenas e médias empresas. As alterações no sistema de tributação buscam atrair mais empresas para o programa e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação.

A proposta em discussão é um substitutivo da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), ao projeto do ex-deputado Barbosa Neto. Pelo texto, o teto para o enquadramento no Supersimples das empresas de pequeno porte passará de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Além disso, a proposta também possibilita o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS) por fora da guia do Simples Nacional na parte da receita bruta anual que exceder R\$ 3,6 milhões. Esses impostos são, respectivamente, de competência de estados e municípios.

O projeto também promove mudanças no enquadramento como microempreendedor individual (MEI), elevando o limite de receita bruta anual dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil.

Além da votação do projeto que altera o Supersimples, também há a expectativa de que os senadores votem o projeto que institui o Programa Ciência sem Fronteiras, que tem por objetivo incentivar a formação acadêmica no exterior.

Criado em 2011, o programa é regulamentado pelo Decreto 7.642/2011. O projeto, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), autora do PLS, propõe que o programa passe a ser regulamentado por lei.

Montadoras diversificam as exportações

20/06/2016 - Fonte: Inda

Além de intensificar os embarques a clientes tradicionais, as montadoras, amparadas pelo câmbio mais competitivo, estão abrindo ou retomando mercados menores em regiões como América Central, Oriente Médio e até mesmo Europa para escoar parte da produção não absorvida pela demanda doméstica. A estratégia tem ajudado o setor a atingir um crescimento nas exportações que beira os 22% neste ano.

Embora Argentina e México, os dois principais destinos internacionais, continuem concentrando a grande parte das exportações - mais precisamente, 86% do total de veículos que saíram do Brasil desde janeiro -, o restante dos embarques vem sendo pulverizado num número maior de países.

A necessidade de aliviar a ociosidade das fábricas com maior diversificação nas rotas internacionais faz os carros brasileiros chegar a mercados até então inexplorados. Responsáveis, juntos, por quase 300 automóveis exportados neste ano, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bélgica e Polônia são alguns dos exemplos.

Nas transações com mercados vizinhos, mais do que dobraram as exportações para a Bolívia: de menos de 500 automóveis, entre janeiro e maio de 2015, para 1,2 mil unidades em igual período deste ano. Com destino à Guatemala, foram despachados 242 carros até o mês passado, quase o dobro em relação às 122 unidades de um ano antes, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior.

Como o consumo de automóveis exibe no Brasil o pior momento em uma década, a indústria automobilística tenta preencher buracos nas linhas de montagem atacando ao máximo os mercados internacionais, aproveitando qualquer oportunidade vinda do exterior, mesmo que sejam pedidos momentâneos e de baixo volume.

Nas transações com mercados vizinhos, mais do que dobraram as exportações de veículos para a Bolívia

"Temos o desafio de buscar mercados que tenham relativa semelhança técnica com os produtos que produzimos no Brasil. Quanto mais diversidade de mercados, mais sucesso teremos com nossas exportações, o que ajuda a trazer divisas para o país e manter ocupadas as nossas fábricas", diz o vice-presidente de vendas da Volkswagen, Jorge Portugal. Junto com parceiros do Mercosul, Panamá, Honduras, Jamaica e Curaçao entraram no roteiro de viagem dos modelos Gol, Voyage e Saveiro, feitos em fábricas paulistas da Volks, a montadora que mais exporta no Brasil.

Pela proximidade não apenas geográfica, mas também entre legislações de emissões e de normas de segurança veicular, bem como de perfil de consumo, países da América Latina são os que mais "acolhem" o tipo de carro produzido em larga escala no Brasil.

Porém, investimentos em plataformas de padrão tecnológico internacional - inclusive com a chegada das fábricas de marcas "premium" ao país -- começam a abrir portas de mercados mais distantes e exigentes.

É o caso da Scania, que está adaptando os motores às regras de emissões europeias para, ainda neste ano, começar a exportar ao Velho Continente caminhões pesados fabricados no ABC. Já a partir de julho, começam as exportações aos Estados Unidos de utilitários esportivos montados pela BMW em Santa Catarina.

Dados do governo brasileiro coletados entre janeiro e maio revelam 520 veículos exportados aos Estados Unidos - 337 a mais do que no mesmo período de 2015 - e outros 210, seis vezes acima do volume do ano passado, embarcados à Alemanha.

Além do câmbio mais "amigável" a empresas exportadoras, o pico de consumo de veículos nos Estados Unidos e a recuperação da indústria automobilística na Europa jogam a favor das montadoras brasileiras, pois levam suas matrizes a acionar emergencialmente as linhas ociosas de modelos globais produzidos aqui para desafogar fábricas no limite da capacidade em mercados desenvolvidos.

Para completar, exceção feita à África do Sul, dispararam as vendas de carros brasileiros nos principais mercados consumidores no exterior, como, além de México e Argentina, a Colômbia - agora o terceiro maior destino, com 6,4 mil veículos até maio, o dobro de 2015 -, o Chile e o Uruguai.